São Pedro
Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

São Pedro Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração 1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 2
Balanço patrimonial 5
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração da mutação do patrimônio líquido 8
Demonstração do fluxo de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Relatório da Administração

A Administração da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia

A SPT é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2013, que tem por objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica nos estados de Piauí e Bahia, proveniente do Leilão ANEEL nº 001/2013.

A SPT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa").

Desempenho Financeiro - R$ mil	2022	2021
Receita operacional líquida	85.138	131.616
EBITDA	71.055	85.138
Margem EBITDA	83,46%	64,69%
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	68.812	81.323
Resultado financeiro	(1.564)	(1.046)
Imposto de renda e contribuição social	3.357	4.659
Depreciação e amortização	450	202
EBITDA	71.055	85.138

EBITDA - É o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e dos custos e despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa um fluxo de caixa para os exercícios apresentados, e não deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho. O EBITDA apresentado é utilizado pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades administrativas da SPT e implanta na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Sistema de Gestão Integrado

A SPT, respaldadas pela Alta Direção e por seus colaboradores, manifestam seu compromisso com o Sistema de Gestão Integrado, que contempla Qualidade, Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Gestão de Ativos. Declarando como diretrizes globais da organização o atendimento aos requisitos legais, regulatórios e do cliente, o comprometimento com a excelência e a melhoria contínua dos processos, direcionados à execução dos serviços de implantação, operação e manutenção de subestação e linhas de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião do auditor independente da Companhia expressa no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes LTDA para prestação de serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pelo valor de R$45 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua São Bento, 18 -
15º e 16º andares
20090-010 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: + 55 (21) 3981-0500
Fax: + 55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
São Pedro Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "SPT"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Pedro Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Informações comparativas - valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório, em 23 de março de 2022, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Marcelo Salvador
Contador
CRC nº MG 089422/O-0

2023RJ021119

© 2023. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Ativos circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22.146	14.857
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	6.234	5.346
Ativo de contrato de concessão	6	50.062	40.856
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.349	1.269
Outras contas a receber		2.720	3.282
Total dos ativos circulantes		**82.511**	**65.610**
Ativos não circulantes			
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	5	359	27
Ativo de contrato de concessão	6	605.788	589.518
Depósitos judiciais		434	269
Direito de uso		119	89
Imobilizado		92	69
Intangível		4	3
Outras contas a receber		3.645	3.545
Total dos ativos não circulantes		**610.441**	**593.520**
Total dos ativos		**692.952**	**659.130**

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivos			
Passivos circulantes			
Fornecedores	11	2.761	13.779
Impostos e contribuições sociais correntes	7	1.191	1.593
Taxas regulamentares		495	303
Passivo de arrendamento		180	122
Dividendos a pagar	10	16.343	-
Outras contas a pagar	12	1.776	1.755
Total dos passivos circulantes		**22.746**	**17.552**
Passivos não circulantes			
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	13	489	269
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	20.200	19.416
Tributos diferidos	9	22.630	22.249
Outras contas a pagar		2.877	1.099
Total dos passivos não circulantes		**46.196**	**43.033**
Total dos passivos		**68.942**	**60.585**
Patrimônio líquido			
Capital social		537.235	537.235
Reserva de lucros		86.775	34.306
Dividendos adicionais propostos		-	27.004
Total do patrimônio líquido	15	**624.010**	**598.545**
Total dos passivos e do patrimônio líquido		**692.952**	**659.130**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		47.864	100.586
Remuneração do ativo contrato de concessão		37.274	31.030
Receita operacional líquida	19	**85.138**	**131.616**
Custos operacionais			
Pessoal		(6.531)	(4.817)
Material		(816)	(36.007)
Serviços de terceiros		(5.142)	(3.646)
Depreciação e amortização		(445)	(178)
Outros custos operacionais		(297)	(574)
	20	(13.231)	(45.222)
Lucro Bruto		**71.907**	**86.394**
Despesas gerais e administrativas			
Pessoal e administradores		(743)	(62)
Serviços de terceiros		(415)	(1.192)
Depreciação e amortização		(5)	(24)
Outras despesas operacionais		(139)	(180)
	20	(1.302)	(1.458)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas dos impostos e contribuições		**70.605**	**84.936**
Receitas financeiras		1.685	1.300
Despesas financeiras		(121)	(254)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	21	**1.564**	**1.046**
Lucro antes dos impostos e contribuições		**72.169**	**85.982**
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.572)	(2.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(785)	(2.612)
Imposto de renda e contribuição social	14	**(3.357)**	**(4.659)**
Lucro líquido do exercício		**68.812**	**81.323**
Lucro por ação			
Ação ordinária - básico e diluído (em R$)	18	0,12809	0,15137
Ação preferencial - básico e diluído (em R$)	18	0,12809	0,15137

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	**68.812**	**81.323**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**68.812**	**81.323**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**470.235**	**1.987**	**-**	**28.320**	**-**	**500.542**
Aumento de capital		67.000	-	-	-	-	67.000
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	(28.320)	-	(28.320)
Dividendos intercalares aprovado		-	-	-	-	(22.000)	(22.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	81.323	81.323
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal		-	4.067	-	-	(4.067)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	28.252	-	(28.252)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	27.004	(27.004)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	15	**537.235**	**6.054**	**28.252**	**27.004**	**-**	**598.545**
Aprovação de dividendos adicionais		-	-	-	(27.004)	-	(27.004)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	68.812	68.812
Destinação do lucro do exercício:							
Reserva legal		-	3.440	-	-	(3.440)	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	49.029	-	(49.029)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(16.343)	(16.343)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	15	**537.235**	**9.494**	**77.281**	**-**	**-**	**624.010**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		68.812	81.323
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	2.572	2.047
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	785	2.612
Tributos diferidos	19	381	3.041
Depreciação e amortização	20	5	24
Receita de implementação de infraestrutura	6 e 19	(2.352)	(42.818)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	6 e 19	(37.274)	(31.030)
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	6 e 19	(33.825)	(50.358)
Juros passivo de arrendamento		19	8
Amortização de direito de uso		445	178
Reversão fiscais, trabalhistas e cíveis	13	-	(17)
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	21	28	(68)
Despesa de atualização monetária de contingências	21	27	68
Provisão para parcela variável	5	11	10
Custo de implementação da infraestrutura	20	(506)	31.683
		(872)	(3.297)
Variações nos ativos e passivos:			
Redução no saldo de contas a receber de concessionárias e permissionárias e ativo de contrato de concessão		46.745	39.480
(Aumento) no saldo de impostos e contribuições sociais ativos, líquido do passivo		(1.089)	(721)
Redução (aumento) no saldo de outros créditos		463	(3.386)
(Redução) no saldo de fornecedores		(10.513)	(27.548)
Aumento (redução) no saldo de taxas regulamentares		192	(297)
Aumento no saldo de outras contas a pagar		1.796	301
		37.594	7.829
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**36.722**	**4.532**
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.964)	(1.563)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**34.758**	**2.969**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições no imobilizado e intangível		(28)	(36)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimento		**(28)**	**(36)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	15	-	67.000
Pagamento de passivo de arrendamento		(437)	(154)
Pagamento de dividendos	10	(27.004)	(59.759)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento		**(27.441)**	**7.087**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**7.289**	**10.020**
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	14.857	4.837
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	22.146	14.857
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**7.289**	**10.020**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Pedro Transmissora de Energia S.A. ("SPT" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 06 de agosto de 2013, que tem por objeto social explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e nos regulamentos em vigor.

A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações localizadas nos estados do Piauí e da Bahia, formadas pelas linhas de transmissão (i) SEs Barreiras I e II – SE Rio Grande II em 230kv com extensão aproximada de 106 km, (ii) SE Gilbués II – SE Bom Jesus II em 230kv com extensão aproximada de 153 km e (iii) SE Bom Jesus II – SE Eliseu Martins em 230kv com extensão aproximada de 142 km e instalações nas subestações Bom Jesus II, Eliseu Martins e Gilbués II, nos termos do Contrato de Concessão nº 015/2013 celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por um prazo de 30 anos. A Companhia finalizou suas obras e entrou em operação em maio de 2017.

A SPT passou a ser uma controlada integral da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") a partir de 14 de fevereiro de 2020, e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2023.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às informações utilizadas na gestão da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Ativo de contrato de concessão - A Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance (implementar a infraestrutura, operar e manter).

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo de contrato de concessão é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida com base nos gastos incorridos, acrescidos de margem de construção.

A parcela do ativo de contrato de concessão indenizável final é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

A margem de lucro atribuída a obrigação de performance de implementação da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre os projetos implementados pela Companhia, onde são levados em consideração diversos fatores, como (i) características e complexidade dos projetos, (ii) cenário macroeconômico e (iii) expectativa de investimentos e recebimentos.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de contrato com o cliente e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

A taxa aplicada ao ativo de contrato de concessão reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada projeto e representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida na data do leilão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo de contrato de concessão é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação como parcela variável.

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido, que considera os custos incorridos, bem como a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados. A receita de operação e manutenção sofrerá alteração em função da inflação, conforme índice de atualização previsto em contrato de concessão, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

b) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

c) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

d) Arrendamentos - A Companhia tendo como base a norma CPC 06 – R2 aplicou o modelo de contabilização de arrendamentos mercantil para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo (contrato de prazo igual ou inferior a 12 meses) e arrendamentos de ativo de baixo valor. A Companhia remensura seu passivo de arrendamento em razão de reavaliações ou modificações do arrendamento (correções monetárias), para refletir pagamentos fixos na essência revisados. Tais ajustes são diretamente levados contra o ativo "direito de uso".

e) Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos.

2.5. Informações por segmento

A Companhia atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica e realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST.

2.6. Sazonalidade

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato de concessão equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incidem sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa e variam entre 5,65% e 7,66% ao ano.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão - Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos no contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.2. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos, e atualização monetária de depósitos judiciais.

As despesas financeiras abrangem juros sobre arrendamentos financeiros, atualização de provisões, juros sobre operações diversas e outros.

3.3. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

• Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

• Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.5. Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.6. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato de aluguel, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia como arrendatária aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

a) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos mensurados pelo valor presente, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

b) Passivos de arrendamento

A Companhia determina o prazo não cancelável de um arrendamento avaliando as opções de prorrogação e de rescisão do contrato de arrendamento, considerando a razoabilidade de exercer ou não quaisquer dessas opções. Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia opta pela aplicação da isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra ou renovação). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de arrendamento para o qual o ativo subjacente é de baixo valor (valores iguais ou inferiores a US$5 mil). Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.7. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável.

3.8. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros	A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.
IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A alteração exclui o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

A aplicação das normas referenciadas na tabela acima não impactou as Demonstrações Financeiras da Companhia.

b) Pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 não aplicáveis à Companhia:

Norma	Descrição da alteração
Alterações no CPC 00: Referência à estrutura conceitual	Em 14 de maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 3, correlacionado ao CPC 00. As alterações atualizam uma referência desatualizada à estrutura conceitual na IFRS 3 sem alterar significativamente os requisitos da norma.
Alterações à IAS 16/CPC 27 Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	As emendas proíbem deduzir do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas provenientes da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
IFRS 1/CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão.

c) Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição da alteração
IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50)	A IFRS 17 estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).
Alterações à IFRS 10 - CPC 36 (R3)	Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture.
IAS 1/ CPC 26 (R1): Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante e exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis.
Alterações à IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de Estimativas Contábeis.
Alterações à IAS 12	Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação.

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	39	48
Aplicações financeiras	22.107	14.809
	22.146	**14.857**

Taxa de rentabilidade anual acumulada das aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
CDB	101,41% do CDI	101,08% do CDI

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias e permissionárias	6.632	5.401
Parcela variável (i)	(39)	(28)
	6.593	**5.373**
Circulante	**6.234**	**5.346**
Não circulante (ii)	**359**	**27**

(i) Parcela variável em aberto ou em discussão (provisão) com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados, ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, será deduzida dos próximos recebimentos. (ii) Saldo refere-se à usuários que contestaram a cobrança dos montantes determinados pelo ONS nas esferas administrativa e judicial. A Companhia acompanha a evolução dos processos administrativos junto ao ONS e a ANEEL, aguardando, também, a decisão dos processos judiciais.

• Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e implementação da infraestrutura da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP – A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

• Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

Ciclo 2022-2023			Ciclo 2021-2022			Ciclo 2020-2021		
Resolução nº 3.067 de 12/07/2022			Resolução nº 2.959 de 13/07/2021(i)			Resolução nº 2.725 de 14/07/2020 (ii)		
Período: de 01/07/2022 a 30/06/2023			Período: de 01/07/2021 a 30/06/2022			Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
64.729	(1.684)	63.045	52.887	108	52.995	46.533	(2.542)	43.991

(i) A Resolução Homologatória nº 2.959 de 05 de outubro de 2021 alterou a Resolução Homologatória nº 2.895 de 13 de julho de 2021.
(ii) Os valores das RAP do ciclo 2020-2021 da Companhia foram alterados pelo Despacho nº 1.698/2021, que julgou os recursos administrativos interpostos pela Companhia em face das Resoluções Homologatórias nº 2.725/2020, nº 2.724/2020 e as diferenças foram recebidas no ciclo 2021-2022.

6. ATIVO DE CONTRATO

Mutação do ativo de contrato de concessão						
Linha de transmissão	31/12/2021	Adição (a)	Remuneração	Correção monetária	Recebimentos	31/12/2022
LT 500kv Miracema - Lajeado C2/LT 230kv Lajeado - Palmas CD/SE Palmas/SE Lajeado	**630.374**	2.352	37.274	33.825	(47.975)	**655.850**
Circulante	**40.856**					**50.062**
Não circulante	**589.518**					**605.788**

Mutação do ativo de contrato de concessão						
Linha de transmissão	**31/12/2020**	**Adição (a)**	**Remuneração**	**Correção monetária**	**Recebimentos**	**31/12/2021**
SE - São Gotardo II - MG	**545.574**	42.818	31.030	50.358	(39.406)	**630.374**
Circulante	**38.529**					**40.856**
Não Circulante	**507.045**					**589.518**

(a) As principais adições estão relacionadas aos reforços:

Concessão	Descrição	Ato Legislativo	Receita Anual Permitida – RAP	Custo de implementação da infraestrutura estimado (Capex ANEEL)	Previsão de conclusão	REIDI (*)
SE Barreiras II	Implantação do segundo autotransformador 500/230 kV	Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.091/2019	R$ 5.046	R$ 35.079	Concluído em 22/12/2021	ADE da RFB nº 1911/2019

(*) Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	282	282
Impostos e contribuições retidos	30	30
IRRF sobre aplicações financeiras	693	630
Outros	344	327
	1.349	**1.269**
Passivo Circulante		
IRPJ e CSLL correntes	687	513
PIS e COFINS	174	289
INSS e FGTS	130	196
ISS	69	86
ICMS	24	458
Outros	107	51
	1.191	**1.593**

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – passivo (*)	**20.200**	**19.416**

(*) Valores substancialmente relacionados à aplicação do CPC 47.

9. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2022	31/12/2021
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS – Passivo (*)	**22.630**	**22.249**

(*) Valores referentes à aplicação do CPC 47.

10. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR, Contas a Receber de Concessionárias e Permissionárias - CRCP e Outras Contas a Pagar – OCP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Ativos e receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção e outras informações relevantes
Transação com a Controladora					
1	OCR x Disponibilidades – Reembolso de despesas – TAESA (*)	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.
Transação com empresas ligadas					
2	CRCP x receitas - Contrato de prestação de serviço de transmissão de energia elétrica ("PSTEL") – CEMIG	Os valores são definidos pela ONS a cada emissão do AVC	Até o término da concessão	N/A	Não Aplicável.
3	OCR x disponibilidades - reembolso de despesas - SJT (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo e entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

Não existem provisões para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receitas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
	Transação com a Controladora				
1	Reembolso de despesas – TAESA	13	8	-	-
	Transação com empresa ligadas				
2	PSTEL – CEMIG	248	227	2.978	2.634
3	Reembolso de despesas - São João	3	-	-	
		264	**235**	**2.978**	**2.634**

b) Passivos e despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas				
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor original	Período de vigência	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção
Transações com Controladora					
1	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de "back-office"	R$36 Valor mensal	15/06/2020 a 15/06/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O presente contrato foi rescindido e absorvido integralmente pelo contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Recursos Humanos.
2	OCP x Despesas operacionais – Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	N/A	01/12/2021 a 01/12/2026	N/A	Os valores são definidos através dos critérios de rateio e alocação que tem como base o ativo imobilizado da contratante. Caso ocorra variações consideráveis nos critérios de alocação, a contratante poderá solicitar a revisão através da formalização via termo aditivo.
3	OCP x Serviço de terceiros - Serviços de O&M	R$87 Valor mensal	15/05/2020 a 15/05/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora de 1%/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido nos seguintes casos: Inadimplemento comprovado de qualquer cláusula contratual, Incapacidade técnica, recuperação judicial.
4	OCP x obrigações - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.
Transações com empresa do grupo TAESA					
5	Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa	Investimento conforme opção do funcionário.	02/08/2021 - término indeterminado.	Não houve.	Taxa de administração de 1% sobre o total das contribuições mensais.

(*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) no Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Custos / Despesas	
		31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Transações com a Controladora					
1	Serviços de "back-office" - Taesa	-	-	-	414
2	Compartilhamento de Infra. e RH – Taesa	176	227	2.391	227
3	Serviços de "O&M" – Taesa	211	211	2.537	1.216
4	Reembolso de despesas - TAESA	16	-	-	-
Transações com a Controladora					
5	Previdência Privada - Forluz - Custos e Despesa	-	-	16	-
		403	**438**	**4.944**	**1.857**

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2021	Dividendos pagos	Dividendos adicionais aprovados (*)	Adição	31/12/2022
Taesa	**-**	**(27.004)**	**27.004**	**16.343**	**16.343**

(*) A AGO de 29 de abril de 2022, ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021. Com essa decisão, os dividendos adicionais propostos foram reclassificados para dividendos a pagar.

III - Remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

11. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
GE Digital Energy do Brasil LTDA	1.183	1.183
Siemens Energy Brasil	-	8.628
Balteu Produtos Eletricos Ltda	108	1.063
Engetecnica Egenharia e Construcao Ltda	67	422
Souza Lima Seguranca Patrimonial Ltda	102	-
Prefeitura de São Desiderio	292	292
DMA Eletroeletronica e Sistemas Ltda	288	288
CIPHER S.A.	80	-
VISAOGEO Ltda	187	-
Outros	454	1.903
	2.761	**13.779**

A Companhia possuí diversos contratos vigentes para fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão.

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
Folha de pagamento	1.016	960
Partes relacionadas	403	438
Outros	357	357
	1.776	**1.755**

13. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e tributários.

Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia constituiu provisão para riscos cíveis e tributários, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A Companhia possui depósitos judiciais relativos a estas ações no valor atualizado de R$433.

Mutação das provisões	31/12/2021	Atualização	Servidões (*)	31/12/2022
Cíveis	**269**	27	193	**489**

Mutação das provisões	31/12/2020	Atualização	Adições	Servidões (*)	Reversões	31/12/2021
Cíveis	-	68	2	201	(2)	269
Tributários	17	-	-	-	(17)	-
	17	**68**	**2**	**201**	**(19)**	**269**

(*) Refere-se às provisões para riscos cíveis referentes a zona de exclusão para passagem de redes de transmissão.

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2022, com base na opinião dos consultores jurídicos externos, o montante de causas com risco de perda classificados como possível era no valor atualizado de R$3.150 (R$2.611 em dezembro de 2021), sendo R$2.489 referentes a contingências cíveis, R$94 a contingências trabalhistas e R$567 a contingências tributárias (R$2.597 contingências cíveis e R$14 contingências trabalhistas em dezembro de 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

14. CRÉDITO (DESPESA) DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - Calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	88.577	88.577	137.262	137.262
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	(1.432)	(1.432)	(739)	(739)
Diferença entre regime de caixa e competência	(22.250)	(22.250)	(83.107)	(83.107)
	64.895	64.895	53.416	53.416
Percentual	8%	12%	8%	12%
	5.192	7.788	4.273	6.410
Demais receitas:				
Rendas de aplicação financeira	1.713	1.713	1.232	1.232
Outras receitas financeiras	43	43	20	20
	1.756	1.756	1.252	1.252
Base de cálculo	6.948	9.544	5.525	7.662
Imposto de renda - 15%	(1.042)	-	(829)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(671)	-	(528)	-
Contribuição social - 9%	-	(859)	-	(690)
Total de despesa	(1.713)	(859)	(1.357)	(690)
Total de IRPJ e CSLL		**(2.572)**		**(2.047)**

Diferidos - Registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro presumido) e o respectivo valor contábil, incluindo-se entre elas os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e nº 12.973/14.

	2022	2021
Imposto de renda	(510)	(1.696)
Contribuição social	(275)	(916)
	(785)	**(2.612)**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social totalmente integralizado era de R$537.235, representado por 537.235.007 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reservas de lucro – (a) Reserva legal - constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva de lucros a realizar - constituída com base no artigo 197 da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

Proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício	31/12/2022	31/12/2021 (*)
Lucro líquido do exercício	68.812	81.323
- Reserva legal (5%)	(3.440)	(4.067)
- Dividendos intercalares aprovados, atribuídos aos dividendos obrigatórios	-	(22.000)
- Dividendos mínimos obrigatórios	(16.343)	-
- Dividendos adicionais propostos	-	(27.004)
- Reserva de lucros a realizar	(49.029)	(28.252)

(*) A AGO de 29 de abril de 2022 ratificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2021.

16. COBERTURAS DE SEGUROS

Tipo de Seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de Indenização	Prêmio
Responsabilidade civil Geral	Fator Seguros	20/09/22 a 19/09/23	10.000	1
Risco operacional	Mapfre Seguros	01/12/22 a 01/06/23	56.720	182
Responsabilidade Civil de Diretores e administradores	Ezze Seguros	18/09/22 a 18/09/23	60.000	2

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

17.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

17.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

17.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Equivalentes de caixa – aplicações financeiras	22.107	14.809
Custo amortizado:		
- Caixa e Bancos	39	48
- Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6.593	5.373
	28.739	**20.230**
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	2.761	13.779
- Passivo de arrendamento	180	122
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	2.876	1.099
	5.817	**15.000**

17.4. Risco de mercado

17.4.1. Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada mensalmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

17.4.2. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índices	31/12/2022	Cenário provável em 31/12/2023
CDI (a)	12,39%	12,75%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Agregado), 03 de março de 2023 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2022	Efeito Provável no LAIR - 2023 - (redução)
Ativos financeiros – Equivalente de caixa – CDI	22.107	80

17.5. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e os usuários da rede, tem como finalidade garantir o recebimento dos valores devidos pelos usuários às Transmissoras, pelos serviços prestados. Ademais, o CUST institui mecanismos de proteção ao pagamento dos encargos pelos usuários, por meio da celebração do Contrato de Constituição de Garantia - CCG ou da Carta de Fiança Bancária - CFB. É através do CUST que é realizada a administração da cobrança e liquidação dos encargos de uso da transmissão e da execução do sistema de garantias, no qual o ONS atua em nome das concessionárias de transmissão. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários têm a obrigação de pagar a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

17.6. Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

17.7. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

17.7.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo	4	22.107	14.809	Nível 2

18. LUCRO POR AÇÃO

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	68.812	81.323
Quantidade de ações ordinárias	537.235	537.235
Lucro por ação ordinária – básico e diluído	0,12809	0,15137

A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Composição da receita operacional líquida	2022	2021
Remuneração do ativo de contrato de concessão	37.274	31.030
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	33.825	50.358
Receita de implementação de infraestrutura	2.352	42.818
Operação e manutenção	6.937	6.232
Parcela variável	(642)	(306)
Outras receitas	8.831	7.130
Receita operacional bruta	**88.577**	**137.262**
PIS e COFINS correntes	(2.243)	(1.882)
PIS e COFINS diferidos	(381)	(3.041)
Encargos setoriais	(815)	(723)
Deduções da receita	**(3.439)**	**(5.646)**
Receita operacional líquida	**85.138**	**131.616**

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis do IRPJ e CSLL	2022	2021
Receita operacional bruta	88.577	137.262
(+/-) Efeitos de ajustes societários e tributação pelo regime de caixa	(23.683)	(83.846)
Receita operacional bruta tributável	**64.894**	**53.416**

20. NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS

	2022	2021
-Remuneração direta	(4.891)	(2.743)
-Benefícios	(1.223)	(1.064)
-FGTS e INSS	(1.160)	(1.072)
Pessoal	**(7.274)**	**(4.879)**
- Implementação da infraestrutura	506	(31.683)
- Operação e manutenção	(959)	(3.954)
- Outros	(363)	(370)
Materiais	**(816)**	**(36.007)**
Serviços de terceiros	**(5.557)**	**(4.838)**
Depreciação e amortização	**(450)**	**(202)**
Outros custos e despesas operacionais	**(436)**	**(754)**
Total custos e despesas	**(14.533)**	**(46.680)**

A demonstração do resultado utiliza uma classificação dos custos e das despesas com base na sua função, cuja natureza dos principais montantes é demonstrada a seguir:

Custos com materiais: custos com materiais para manutenção, operação de linhas de transmissão e construção.

Custos com serviços de terceiros: custos com operação, manutenção, compartilhamento de instalações, comunicação, limpeza de faixa de servidão, telefonia, contrato de compartilhamento de infraestrutura e RH, serviços advocatícios, serviços de engenharia, vigilância e limpeza, e despesas com consultorias, auditoria, serviços gráficos, manutenção de propriedades e viagens.

Outros custos e despesas operacionais: custos e despesas com aluguéis, combustível, seguros, impostos, material de consumo e taxas e contribuições.

21. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2022	2021
Renda de aplicação financeira	1.713	1.232
Atualização monetária de depósitos judiciais	(28)	68
Receitas financeiras	**1.685**	**1.300**
Atualização monetária de contingências	(27)	(68)
Arrendamento financeiro	(19)	(8)
Outras despesas (receitas) financeiras, líquidas	(75)	(178)
Despesas Financeiras	**(121)**	**(254)**
	1.564	**1.046**

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 2 de agosto de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, 32% (33,3% em 31 de dezembro de 2021) do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev.

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 10 - Partes Relacionadas.

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo as licenças ambientais concedidas à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação nº	Data de emissão	Vencimento	Órgão emissor
LT 230 SE Barreira II, SE Rio Grande II-Barreiras/São Desidério	10707/2017	06/11/2015	06/11/2020 (a)	INEMA
LT 230 SE Gilbués, SE Bom Jesus, SE Eliseu Martins – PI	382/2016	16/06/2016	16/06/2020 (b)	SEMAR-PI

(a) O Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia (Decreto nº 11.235/08), isenta linhas de transmissão ou distribuição da renovação da Licença de Operação.

(b) Renovação solicitada à SEMAR/PI e válida até a sua manifestação (Resolução CONAMA nº 237/97).

Alteração na diretoria - Em 28 de dezembro de 2022, o Sr. Erik da Costa Breyer apresentou carta de renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Demonstração Contábil Regulatória - DCR - A demonstração contábil regulatória, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, será disponibilizada no sítio eletrônico da Taesa até 30 de abril de 2023, conforme determinado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento de dividendos – Em 15 de março de 2023 a Companhia pagou o montante de R$22.797 a título de dividendos intermediários referentes à reserva de lucros a realizar, aprovados na AGE de 17 de fevereiro 2023.

****

Diretoria	
Nome	**Cargo**
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Vago	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
André Augusto Telles Moreira	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49